

TERRITÓRIOS E DIVERSIDADE: FRONTEIRAS QUE SE ENTRECruzAM NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Adelvan Ferreira Santos¹
Aisllan Damacena Souza da Silva²
Manuela Evangelista da Silva³

Resumo: As distintas abordagens para a análise do conceito de território permitem-nos elencar a percepção desta categoria enquanto unidade político-administrativa, na dimensão físico-concreta; e na concepção idealista, enfatizando os valores simbólicos. Esse estudo intenciona abordar as possibilidades de ensinar a Geografia a partir de temáticas territoriais com o uso das diversas linguagens. O percurso metodológico foi construído mediante uma pesquisa bibliográfica, a partir dos conceitos de território e territorialidade, através dos quais elegemos as seguintes temáticas: as dimensões sagradas e profanas das festas populares; comunidades quilombolas e indígenas; questões do espaço agrário. Portanto, evidenciamos a importância do estudo de temáticas territoriais na Geografia Escolar por meio da diversificação das linguagens.

Palavras-chave: Território; Territorialidades; Educação Geográfica; Diversas Linguagens.

TERRITORIES AND DIVERSITY: BORDERS THAT CRISSCROSS IN GEOGRAPHICAL EDUCATION

Abstract: The different approaches of analyzing the concept of the territory allow us to list perception of this category while the political-administrative unit, in concrete physical dimension: and in the idealist conception, emphasizing symbolic values. This study aims to approach the possibilities of teaching Geography from territorial themes using different languages. The methodology of this work was built through bibliographic research from the concepts of territory and territoriality, from which we choose the following themes: the sacred and unholy dimensions of popular celebrations; quilombolas and indigenous communities; question about the agrarian space. Therefore, we highlight the importance of studying territory themes in the School geography through different languages.

Keywords: Territory; Territoriality; Geographic Education; Different Languages.

¹ Mestrando pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I - Salvador (BA). Email: adelvangeo@gmail.com

² Mestrando pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I - Salvador (BA). Email: profais10@gmail.com

³ Mestrando pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I - Salvador (BA). Email: manuelaevangelista9@gmail.com

INTRODUÇÃO

No decurso da história do pensamento geográfico a categoria território assumiu distintas abordagens, as quais precisam ser interpretadas mediante uma escala têmporo-espacial; visto que todo conceito é situado em um período histórico e geográfico, refletindo as análises do contexto no qual foi elaborado. Conceituar é ação, mas não de forma neutra e, sim, sempre coberta de intencionalidades. Portanto, ao tecer depreensões sobre os aspectos da realidade, mediante os conceitos, o fazemos como uma ação política, a qual nos possibilita analisar questões da prática (HAESBAERT, 2009).

Quando buscamos transpor tais análises para a educação geográfica é imprescindível o rigor conceitual e a escolha da concepção teórica que melhor se adequa a realidade vivenciada pelos/as alunos/as. Arelado a isto, corroboramos com Meireles e Portugal (2012, p. 19) ao evidenciarem “[...] que a aprendizagem de conteúdos geográficos, tematizados na escola, pode ser mediada por diferentes linguagens, possibilitando entender/aprender, de diferentes modos e a partir de diversos contextos [...]”, os quais fazem emergir distintas territorialidades.

A fim de construir uma correlação entre os conceitos de território e territorialidade e o modo como emergem enquanto conteúdos curriculares na Geografia Escolar, delimitamos a seguinte problemática: de que modo as diversas linguagens podem ser apropriadas enquanto dispositivo didático-pedagógico na educação geográfica para analisar distintas territorialidades que emergem nas dimensões material e simbólica do território? Diante disso, este escrito tem por objetivo abordar possibilidades de mediação de conceitos e temas da Geografia a partir de temáticas territoriais ancoradas no uso das diversas linguagens na sala de aula.

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como método a revisão bibliográfica a partir do levantamento das contribuições dos principais autores que discutem as seguintes categorias analíticas: território e territorialidades. Mediante a isto, elegemos algumas temáticas que serão correlacionadas no transcurso deste artigo com as diversas linguagens, a saber: as dimensões sagradas e profanas das festas populares; comunidades quilombolas e indígenas; questões do espaço agrário.

As discussões construídas neste escrito emergem no contexto do componente curricular Educação Geográfica, Linguagens e Territorialidades, no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET –, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET –, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/*Campus I*/Salvador; cuja ementa discorre sobre a abordagem dos conceitos território e territorialidade na educação geográfica, mediante uma interface com as diversas linguagens. Ademais, esta pesquisa está vinculada às discussões realizadas no grupo de pesquisa Geo(BIO)grafar: Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores.

Portanto, refletir sobre o modo como as questões territoriais emergem no contexto da sala de aula é imprescindível para construir noções de criticidade e autonomia no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo quando as abordagens são mediadas pelas diferentes linguagens – música, cartografia, literatura, imagem, tecnologias digitais e etc –, as quais potencializam o olhar do/a aluno/a sobre o cotidiano, visto que estes artefatos possibilitam que os conceitos sejam analisados com vistas a uma interpretação do espaço de vivência dos educandos.

O TERRITÓRIO E SEUS COMPONENTES DEFINIDORES

A palavra território tem sua etimologia no termo do latim *territorium*, o qual deriva do vocábulo terra, tendo sido utilizada no Império Romano para designar porções espaciais pertencentes à determinada jurisdição político-administrativa. Além do mais, há uma proximidade etimológica entre terra-territorium e térreo-terror (aterrorizar), corroborando com as percepções construídas sobre o aludido conceito: enquanto materialidade (terra) e a partir dos sentimentos por ele evocados (dimensão simbólica) (HAESBAERT, 2004).

À priori é possível afirmar que, a etimologia deste verbete está vinculada ao uso da terra, as relações estratégicas estabelecidas, sobretudo a partir de uma jurisprudência político-administrativa, fortalecendo as percepções que alimentam a noção vinculada à sua base territorial. Assim, nas últimas três décadas, o território tem sido utilizado como arcabouço teórico de inúmeros campos do conhecimento, principalmente das humanidades. Algumas dessas produções teóricas serão abordadas nesta sessão, situando teoricamente este campo analítico.

Haesbaert (2004) constrói uma sistematização acerca das abordagens sobre o referido conceito, delimitando-as em três perspectivas: a primeira é a materialista, que pode ser compreendida a partir de uma visão naturalista, no binômio sociedade/natureza, política, por meio das relações de poder e econômica, como fonte de recursos e diante da relação com o capital. A segunda seria a perspectiva simbólico-cultural, a qual enfatiza as dimensões simbólicas e subjetivas de construção do território. Por fim, temos a perspectiva integradora, a qual visa integrar materialidade e idealidade na mesma proposição teórica.

O pioneirismo na abordagem desta categoria pertence à Ratzel (1990), sendo uma conceituação mais basilar, na qual o autor coloca o território enquanto condição material para a existência do Estado, definindo-o como “[...] uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (RATZEL, 1990, p. 23). Ademais, acrescenta ainda que “o Estado **protege** o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo” (RATZEL, 1990, p. 76 **grifos nossos**), ratificando a compreensão do Estado como organismo que constrói e defende o território.

Esta abordagem teórica está relacionada ao modo como comumente associamos este termo, enquanto base material de um Estado-Nação, acrescido de suas fronteiras e delimitações que expressam as relações de poder constituídas, o fortalecimento ou enfraquecimento de determinada nação, principados pela gestão do Estado sobre o seu território.

Uma noção tradicional que apresenta uma vinculação desta categoria enquanto estrutura vinculada a um estado-nação foi elaborada por Gottmann (2012, p. 523), cuja definição indica que o “território é a porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sobre uma estrutura de governo”. Portanto, o território está posto sob uma base material delimitada pela ação humana mediante um processo político, exercido pelo estado que controla esta porção geográfica.

Ampliando as problematizações no que concerne a esta categoria analítica, Raffestin (1993) considera uma importante diferenciação entre espaço e território, indicando que o primeiro é anterior ao segundo e a partir destes que os atores se territorializam. Assim, o território “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN,

1993, p. 143), sendo marcado por relações de poder, visto que “[...] toda construção da realidade é um instrumento de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 145) e o espaço é a matéria-prima para que tais representações sejam evidenciadas.

É por meio das contribuições do aludido autor que podemos avançar nas concepções sobre este conceito, à medida que este não mais se restringe a uma porção relacionada à jurisprudência de um Estado, mas resulta da produção de sujeitos que, por meio do espaço geográfico constituem e constroem relações de poder que efetivam e demarcam o território, em distintas dimensões. Ademais, podemos evidenciar o conceito de poder enquanto central na análise do autor e o modo como aparece, ainda que de forma implícita a noção de multiescalaridade, ao dimensionar a produção do território em qualquer nível.

Por fim, evidenciamos a concepção teórica que norteia as análises desenvolvidas neste escrito a partir de Haesbaert (2009), o qual enfatiza que espaço e território não podem ser separados, pois o primeiro está atrelado a uma dimensão social e o segundo as espacialidades das relações de poder. Neste sentido, “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 79); revelando uma noção funcional e simbólica desta categoria analítica.

O autor propõe uma análise em que a produção territorial precisa ser pensada a partir de uma multidimensionalidade, a qual se refere às múltiplas dimensões que compõem os conteúdos do território, seja ela cultural, simbólica, política, econômica, mas que evidencie a forma de apropriação e construção desta porção do espaço geográfico. Nas próprias palavras de Haesbaert (2004, p. 93) a construção do território “[...] resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico [...]” perpassando por outros contextos de produção das relações de poder.

Quando tecemos algumas considerações sobre as abordagens do conceito de território que emergem na história do pensamento geográfico, já propomos, mesmo que de forma implícita uma análise da multidimensionalidade, à medida que são distintas formas de pensar a mesma categoria analítica (COELHO NETO, 2013a). A concepção de Haesbaert (2004) apropriada como pressuposto teórico deste artigo já aborda esta possibilidade de pensar o território e as territorializações para além da jurisdição de um Estado-nação.

Ademais, podemos também pensar na multiescalaridade enquanto componente definidor, a qual manifesta-se, de forma incipiente na definição proposta por Raffestin (1993, p. 152) ao indicar que “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos [aqueles que realizam um programa] que ‘produzem’ o território [...]” É possível depreender que a conceituação enfatiza uma noção de construção territorial em distintas escalas, desde o Estado, preponderante naquele período, até o indivíduo, permitindo uma constituição de micro poderes.

Mediante estas inferências, Coelho Neto (2013a, p. 29) afirma que a multiescalaridade pode ser descrita como as “[...] complexas relações de poder entre os mais variados agentes que operam em múltiplas escalas [...]” permitindo pensar “[...] nas múltiplas escalas em que o poder se manifesta e se exerce”, como será delineado nas sessões subseqüentes a partir da análise das diversas territorialidades que surgem em distintas porções do território, seja no rural ou no urbano.

Quando referimo-nos neste escrito aos modos como o território é produzido/construído em distintas escalas e por diversos sujeitos, abordamos as dimensões das festas populares, tendo em vista as distintas territorializações que convergem mediante as visões que as pessoas, em diferentes tempos imprimem no espaço, (re)construindo as bases territoriais com seus modos de ver, perceber e experienciar o material e o simbólico. Ademais, incorporamos uma análise das formas como os povos indígenas e quilombolas percebem os espaços que ocupam e como os territorializam, por meio da Cartografia Social, enquanto instrumento de re-existência, em uma perspectiva decolonial. Por fim, as territorialidades que emergem por meio das ocupações do MST evidenciam as discrepâncias do espaço agrário, a partir da forma como os diferentes agentes sociais criam nexos com o território, seja em uma disputa pelo capital ou pelo social.

TERRITORIALIDADES DIVERSAS E ENSINO DA GEOGRAFIA: APROXIMAÇÕES E POSSIBILIDADES A PARTIR DO USO DAS LINGUAGENS

Uma das finalidades para o Ensino da Geografia na contemporaneidade, conforme coloca Cavalcanti (2008) é o de formar estratégias para se pensar geograficamente. Todavia, esses mecanismos só são possíveis de serem concretizados a partir do momento em que é abordada com os estudantes a espacialidade dos fenômenos que eles vivenciam de forma direta ou a partir das informações que lhes são recebidas.

Para tal, são múltiplas as possibilidades que podem ser traçadas para que isso aconteça de forma criativa e estimulante, isso, pois, com a Geografia, conforme enfatiza Nogueira (2016) “podemos conhecer o espaço geográfico através das histórias narradas, da poesia, da música, cinema e das artes plásticas, ou da competência e habilidade musical e artística dos estudantes” (p. 198). Assim, cabe destacar a importância do uso das diversas linguagens numa abordagem geográfica.

Para esse diálogo, Sacramento (2012), pontua que as linguagens no Ensino da Geografia vêm tendo suma importância na atualidade, ao dizer que esses artefatos didático-pedagógicos estão sendo utilizados como instrumentos de aprendizagem para diversificar a construção do conhecimento em sala de aula. As linguagens podem ser apresentadas na aula de Geografia em forma de músicas, textos literários e jornalísticos, representações cartográficas, imagens, charges, histórias em quadrinhos, aulas de campo, tecnologias digitais, dos filmes cinematográficos, documentários e etc.

Destarte, o uso dessas linguagens enquanto recursos didáticos no Ensino da Geografia possui grande relevância, “pois, elas possibilitam a (re)apresentação dos conceitos chaves, aproximando a ciência geográfica com o cotidiano” (BARROS; SILVA, 2015, p. 5). Um desses conceitos é o de território e, a partir dele, as territorialidades, as quais manifestam-se em perspectivas diversas.

Conforme apresenta Saquet (2012, p. 699), os conceitos de território e territorialidade vem tendo cada vez mais centralidade e relevância na Geografia brasileira, assim, destacamos essa relevância também para o ensino de Geografia em que a abordagem desses conceitos tem sido considerada essencial, sem desconsiderar o espaço geográfico “[...] pela maneira coerente e eficaz de compreender e explicar atividades da nossa vida cotidiana e sua territorialização”.

Diante disso, emergem diversas temáticas do cotidiano relacionadas ao território e as territorialidades, são elas: a urbanização, mobilidades populacionais, as redes de circulação e comunicação, a atuação dos indígenas e quilombolas, a

mulher nos espaços de poder, o sagrado e profano presentes nas festas populares, os processos e símbolos culturais, os movimentos sociais de luta pela terra no espaço agrário, dentre outras temáticas que surgem a partir desses conceitos geográficos.

Por isso, apoiado no diálogo da Geografia com as diversas territorialidades que afloram por meio dos temas anteriormente destacados, é possível fazer com que os estudantes atribuam significados ao que eles aprenderam, ouvindo músicas, lendo um texto de literatura de cordel, tecendo análises cartográficas ou até mesmo a partir da utilização de imagens/fotografias disponíveis no ciberespaço mediante as tecnologias digitais, as quais possuem valorosa importância no processo de ensino e aprendizagem, permitindo tecer discussões sobre temáticas territoriais.

A seguir, então, serão apresentados exemplos e situações envolvendo temáticas ancoradas nas territorialidades a partir de diversas realidades inseridas em múltiplos contextos sociais do espaço geográfico, bem como possibilidades de abordagem dessas territorialidades no espaço escolar a partir do uso das linguagens na educação geográfica, enquanto artefatos didáticos mediadores da construção e apreensão desses conhecimentos.

AS TERRITORIALIDADES NO CONTEXTO FESTIVO: UM EXEMPLO A PARTIR DAS FESTAS POPULARES DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO BAIANO

Ao se pensar em cultura, emergem inúmeras abordagens, perspectivas e correntes teóricas para a discussão da complexidade desse tão amplo conceito. No entanto, nos atemos a Claval (2014, p. 71) ao destacar que a cultura pode ser entendida também a partir da “soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e pelo conjunto dos grupos que fazem parte”. Claramente, nessa perspectiva, tem-se a cultura enquanto uma herança transmitida de uma geração para outra.

Nesse contexto supracitado, cabe se pensar na dimensão das festas populares. Entendê-las nos remete ao passado para compreender que desde a antiguidade os seres humanos reservam momentos em suas vidas para celebrações e outras comemorações. E ainda assim, através de muitas mãos, de muitas gerações, essas, apesar de modificações e novas significâncias recebidas por conta das suas temporalidades, seguem sendo celebradas.

Não se pode deixar de mencionar o Brasil, um país marcado por uma rica diversidade cultural, onde de Norte a Sul, existe um grande número de tradições e manifestações culturais “que foram ampliadas as maneiras com as quais o povo brasileiro celebra seus rituais, seus santos, suas festas de largo, suas colheitas, suas datas comemorativas delineando ricas manifestações culturais” (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 5) em diferentes contextos que traduzem os processos de apropriação de diversos povos no/sobre o território.

O festejar na cidade e na roça, tem levado muitos geógrafos a se questionarem sobre os lugares e os territórios, seus valores, ideologias e crenças, bem como têm revelado as tensões que surgem entre ordem e desordem, tradição e ruptura, público e privado, austeridade e excessos, mercantilização e originalidade, identidades e diferenças (DEUS; TORRES; ALMEIDA; VARGAS, 2016). Almeida (2011), postula que as festas populares se apropriam, isto é, “territorializam” os espaços em que elas acontecem, marcando significativamente seus territórios, independente do turismo e do fato de serem eventos cíclicos. Não há como transitar

num espaço onde ocorre um grande evento festivo todos os anos e não se remeter a esse como o “lugar” da festa.

Cabe mencionar, a exemplo, o Território do Recôncavo, um agrupamento de vinte municípios, situado a leste da Bahia, conhecidos pelas diversidades e densidades simbólicas das suas festividades populares criadas e reinventadas pelo dinamismo sociocultural do povo brasileiro. Tratam-se de festividades ligadas a elementos sagrados, místicos, profanos, políticos, todos esses congregam diferentes vertentes. Essa miríade de celebrações confere ao Recôncavo Baiano e aos seus municípios uma identidade própria assumida a partir do seu contexto festivo.

O município de Cachoeira (figura 1), por exemplo, é um dos que estão situados no Recôncavo, e talvez um dos mais festeiros desse recorte territorial. A religiosidade é um vetor marcante na vida cachoeirana. É no espaço urbano desse município que está localizada a sede da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte⁴. Não se pode deixar de mencionar que Cachoeira possui um expressivo número de terreiros de candomblé, sendo também espaço de diferentes celebrações religiosas e sincréticas⁵ que assumem uma configuração muito interessante na dinâmica cultural do espaço urbano ao enfatizarem as territorialidades do sagrado e do profano, do catolicismo e do candomblé sob a ótica local da Geografia.

É no centro histórico⁶ da cidade que estão localizadas as suas igrejas mais importantes, ruas em calçamento de pedras, imponentes construções e prédios coloniais que retratam as marcas/rugosidades⁷ que compõe o arranjo urbano local da cidade. E é nesse centro histórico que as festas cachoeiranas se territorializam, isto é, acontecem. Assim, a partir desse território festeiro que é a cidade de Cachoeira marcada pela presença de inúmeros grupos sociais, territorialidades particulares surgem: o sagrado e o profano.

Conforme aponta Rosendhal (2005), o território pode ser delimitado em lugares do “cosmo”, os quais estão comprometidos com o domínio do sagrado e marcado por diversos significados e os lugares do “caos” que apontam uma realidade não divina, marcada pela ausência de uma consagração, assim, constituindo-se num domínio profano, afastado das questões religiosas. Vejamos um exemplo onde cosmo e caos acontecem numa dimensão territorial-festiva e as devidas conclusões disso.

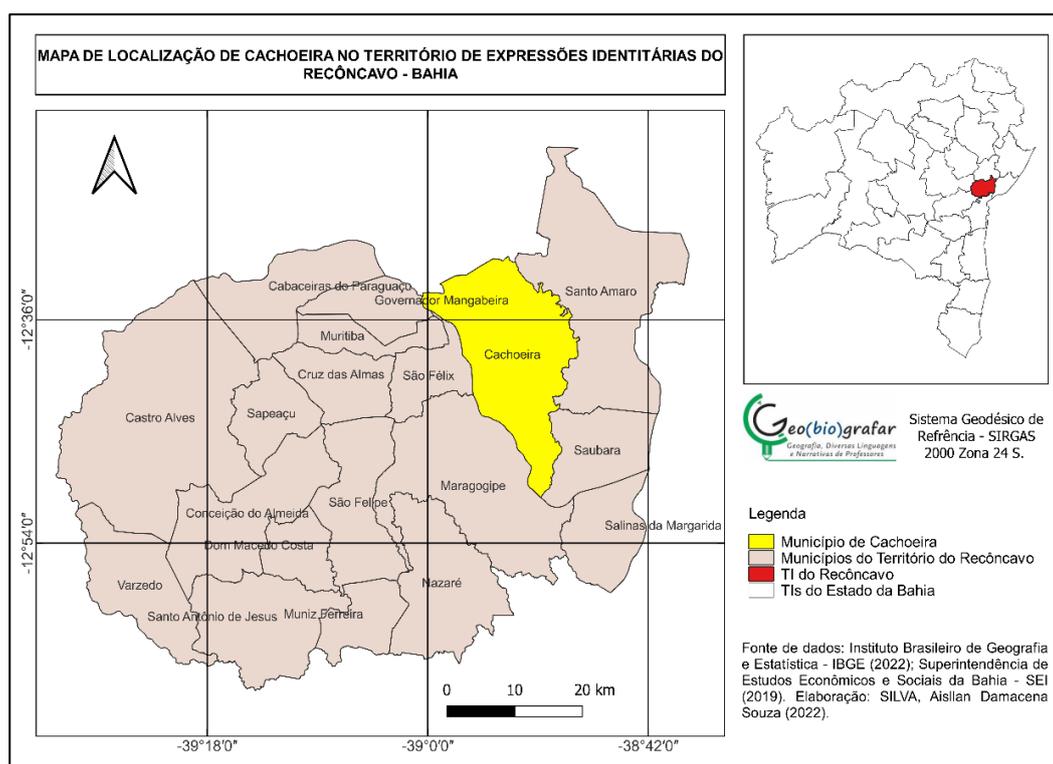
⁴ A Irmandade da Boa Morte é composta por mulheres negras idosas e é considerada uma das primeiras irmandades exclusivamente femininas do Brasil. Estima-se que ela tenha sido fundada por volta de 1820. Ela exerce, desde a época de uma sociedade ainda escravocrata, o papel de um ambiente de resistência e amor ao povo negro. Na Irmandade, as mulheres professavam a religião dominante ao mesmo tempo em que cultuavam e celebravam suas crenças ancestrais. As celebrações eram, e continuam sendo caracterizadas por atos litúrgicos com banquetes, muita música e símbolos africanos. Hoje, Cachoeira é o local para onde a população negra de todo o Brasil recorre em busca de suas origens. A cultura se mantém porque a Festa da Boa Morte é, até hoje, uma representação da resistência feminina negra.

⁵ São exemplos dessas celebrações: as festividades dedicadas a Iemanjá (fevereiro), a São João (junho), a Nossa Senhora D' Ajuda (novembro), a Nossa Senhora da Boa Morte e São Roque (agosto), Santos Cosme e Damião (setembro), dentre outras celebrações.

⁶ Cachoeira é considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) como Monumento Nacional em virtude do seu imponente conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo mesmo órgão em 1971

⁷ Sobre as rugosidades do espaço, consultar Santos (1996).

Figura 1. Mapa de localização do município de Cachoeira no Território de Identidade Recôncavo.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2022); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2019); Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN (2007). Elaboração: SILVA, Aisllan Damacena Souza da (2022).

A Festa de Nossa Senhora da Ajuda, conforme Santos (2014) é realizada desde 1820 e também é considerada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), desde 2017, como Patrimônio Imaterial da Bahia. A festa que atrai devotos católicos, principalmente do Recôncavo Baiano, homenageia Nossa Senhora da Ajuda, padroeira da primeira capela construída na cidade de Cachoeira (figura 2), nos séculos XVI e XVII nos arredores do engenho de açúcar que deu origem a nucleação urbana chamada de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira⁸.

Atualmente compõe a programação da Festa da Ajuda: bando anunciador, lavagem, tríduo, missas e procissão, além de desfiles de fantasiados, mascarados, fanfarras, folguedos e grupos culturais, a exemplo, as associações de samba de roda da região. Nos últimos anos, a festa tem atraído turistas de outros estados e do exterior, assim, fortalecendo o turismo religioso no município e incrementando o movimento do comércio no município.

⁸ Sobre o contexto histórico da festa, consultar Castro (2012).

Figura 2. Capela de Nossa Senhora da Ajuda, Cachoeira/BA



Fonte: Acervo da devoção de Nossa Senhora da Ajuda, Cachoeira, Recôncavo. 2022.

A própria devoção a Nossa Senhora da Ajuda, a capela, as orações, missas e procissões fazem parte da dimensão territorial sagrada da festa, ou seja, a partir dessa programação, nota-se uma territorialidade controlada, nesse caso, pela Igreja Católica. Com a inserção de novos elementos no contexto/programação da festa, é possível notar claramente o surgimento de uma outra territorialidade, controlada, dessa vez, pelos órgãos responsáveis pela realização de eventos públicos no município. Isto, pois, estendeu-se a festa, que até então era realizada dentro do templo, assim, sendo incorporados à dimensão física do espaço público das ruas da cidade: as lavagens das escadarias do templo, o bando anunciador, os desfiles de fantasias, os blocos carnavalescos, assumidos como “Embalos da Ajuda” (figura 3).

Figura 3. Embalo da Ajuda, em Cachoeira/BA



Fonte: Tatiana Azeviche, 2019.

É importante destacar que “os tempos de reza e de festa são elaborações socioculturais que unem aspectos sagrados e profanos [...], primeiramente sob o comando da igreja e, mais tarde, sob o primado da ordem pública [...]” (SERPA, 2011, p. 54), como fica claro no exemplo analisado. Portanto, a partir do que é elucidado através das territorialidades sagradas e profanas, faz-se necessário convidar para esse diálogo, Souza (2009), o qual destaca que o território deve ser pensado, antes de tudo, a partir das relações de poder, mesmo compreendendo que a dimensão territorial envolve também outras vertentes, como por exemplo, a simbólica.

O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito (...) (p. 59-60).

A presença das territorialidades cíclicas sagradas e profanas, sob o ponto de vista teórico são consideradas “territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define” (RONCAYOLO, 1988, p. 263), de tal modo pode-se dizer que o território se fundamenta num campo de ação onde os indivíduos e grupos (nesse caso os organizadores do evento: igreja e poder público) empreendem normas e regras sobre as territorialidades criadas por ambos no período festivo. Eis aí a dimensão do poder frente a produção dessas territorialidades.

No contexto da festa de Nossa Senhora da Ajuda, a multiescalaridade do território também se torna evidente, visto que as territorialidades sagradas e

profanas estão presentes somente durante os dias de festa, quando esses festejos acabam, essas territorialidades passam a não mais existirem: a igreja é somente aberta para reuniões devocionais e limpeza, o movimento nas imediações do templo deixa de existir, o placo é desarmado e o fluxo de pessoas é bastante reduzido naquele território festeiro da cidade.

Sobre essa mobilidade, Souza (1995, p. 81) enfatiza que:

[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Na procissão, por exemplo, em que a imagem de Nossa Senhora da Ajuda deixa o seu templo, ou seja, a sua territorialidade sagrada e percorre as ruas da cidade, vista como o espaço em que ocorrem a territorialidade profana, nitidamente, naquele momento, uma territorialidade sagrada surge na dimensão do espaço público da rua por uma questão de horas. Essa reflexão pode abranger também outras discussões a respeito do lugar do sagrado e do profano, os quais, apesar de serem tratados de forma isoladas, comungam de forma coletiva. Do território sagrado, surge o profano, logo não há como tratá-los em formas isoladas. O território está presente em todas essas dimensões (ROSENDHAL, 2005).

Das festas populares emergem as músicas, afinal, não há como conceber as festas populares sem os seus ritmos dançantes. Na Festa da Ajuda em Cachoeira, os sons do samba-de-roda, da lavagem (figura 4), dos folguedos e das charangas⁹ tomam conta das ruas da cidade. Nas letras dos sambas-de-roda, o retrato da vida cotidiana que expressam o lugar cotidiano, as relações sócio-identitárias nas urbanidades e ruralidades, a religiosidade popular, o sincretismo religioso, problemas sociais, dentre outros são abordados nas letras das canções dos sambas-de-roda que são tocados no placo próximo à edificação do templo dedicado à sua santa padroeira.

Do ponto de vista pedagógico, as músicas que expressam a realidade vivida atreladas ao Ensino de Geografia, podem propiciar, além de um melhor entendimento dos conteúdos, uma valorização dos elementos materiais e imateriais que compõe a região ou o lugar onde os estudantes moram. Assim, concorda-se com Pinheiro (2004), ao enfatizar que a pluralidade de assuntos abordados pela Geografia é uma das vantagens de trazer a música para discussão em sala, acreditando-se que com o uso das músicas, as aulas aconteçam de forma mais lúdica e isso aguace nos discentes uma maior participação e desenvolvimento em sala, visto que as músicas fazem parte do cotidiano.

⁹ Charanga é uma banda de música geralmente composta apenas por instrumentos de sopro, embora também possa incluir tímboles.

Figura 4. Lavagem de Nossa Senhora da Ajuda. Após a celebração, os adeptos das religiões de matrizes afro-brasileiras realizam o samba de roda em torno da edificação sagrada dedicada à Nossa Senhora da Ajuda.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Cachoeira, 2022.

Um dos sambas-de-roda mais entoadas nos transcurso dos festejos de Nossa Senhora da Ajuda, em Cachoeira, é dos grupos culturais de samba de roda “Agita Samba” e “Gegê Nagô”, as músicas desses grupos retratam a cidade de Cachoeira em suas diversas dimensões. Abaixo, um fragmento da letra da canção “Adeus, gente”:

Segure a asa do pavão pra não voar,
Se você é de Cachoeira, eu sou de lá [...].
Cachoeira, eu moro em Jacobina,
Eu moro em Jacobina,
Cachoeira é a minha terra.
Adeus, gente! Adeus, gente!
Adeus que eu já vou me embora!
Adeus, gente!
Com Deus e Nossa Senhora.
Adeus, gente!¹⁰

Assim, a partir do trabalho com a letra desse samba-de-roda nas aulas, o professor de Geografia não deve deixar de mencionar os conceitos de migração, territorialidades, desterritorialidade e de lugar em suas abordagens, elucidando novas discussões, como por exemplo, a importância do sentimento de pertencimento, a questão das identidades locais e regionais, bem como também pode-se fazer uma importante abordagem sobre as festas populares da cidade de Cachoeira e a sua relação com o samba-de-roda (figura 5), um ritmo difundido no

¹⁰ Música “Adeus Gente” – Grupo cultura Agita Samba.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GENsKaxU3LE>

Recôncavo Baiano pelos/as negros/as escravizados e que é reproduzido pelos seus descendentes e reconhecido, desde 2005, como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Figura 5. Samba de Roda *Suerdick* se apresentando na Festa de Nossa Senhora da Ajuda, Em Cachoeira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A guisa de conclusão é muito importante elucidar que conforme enfatiza Cavalcanti (2008), “a cidade educa, forma valores, comportamentos, informa com sua espacialidade, com seus sinais, com sua imagem, com seus sons, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes” (p. 74), podendo também ser lida e compreendida por meio de seus lugares de manifestação de identidades, de resistência e de culturas, como foi abordado até aqui.

MAPEANDO TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS POR MEIO DA CARTOGRAFIA SOCIAL

O território apresenta um caráter material e simbólico: de um lado a dominação jurídico política, do outro, a apropriação repleta de experiências do vivido (HAESBAERT, 2007). Segundo Freitas (2012), a noção que, via de regra, se torna hegemônica, é a jurídico-política, tendo na figura do Estado o seu principal agente dominador, delimitando de forma arbitrária fronteiras de terras com diversos recursos naturais em detrimento das fronteiras de memórias, de paisagens tradicionais, ocultando os processos da história que lhes deram origem. A autora também acrescenta que

No campo reflexivo educacional, a noção moderna de território deve ser tratada como produto de uma história, como construto lógico de um modelo de sociedade e civilidade, devendo ser estranhada e relativizada sempre que se pretenda abordar os sentidos que possa assumir no contexto de outras matrizes e perspectivas culturais, sejam elas indígenas, quilombolas, tradicionais (FREITAS, 2012, p. 64)

Nesta perspectiva, é preciso pensar a respeito das territorialidades dos povos quilombolas e indígenas, povos estes que resistem às tentativas de apagamento das suas formas de ser e de estar no mundo, na luta pelos seus territórios tradicionalmente ocupados, frente a uma sociedade pós-colonial que adota o modelo capitalista, visando o lucro excessivo e a acumulação das riquezas baseado na propriedade privada dos meios de produção, tendo posse dos recursos disponíveis das terras “Pindoramas”¹¹, ou por um processo histórico de migrações forçadas, as diásporas de homens e mulheres do continente africano que ao fugirem da escravidão se estabeleceram em comunidades, territórios de segurança e liberdade.

Uma das características das comunidades formadas por escravos fugidos era a existência de alianças com outras camadas sociais: indígenas, comerciantes, pequenos agricultores. Conhecidas como quilombos ou mocambos, essas comunidades foram aparecendo em várias localidades brasileiras próximas aos engenhos, às minas de ouro e pedras preciosas, nos sertões e nos campos (MATTOS, 2012, p.137).

As alianças formadas dentro e fora das comunidades eram e são importantes para a sobrevivência de povos que resistem aos processos de destituição das bases de valores socioculturais, individuais e coletivos, atacados pelos atores hegemônicos. “Essas comunidades estabelecem identidades familiares que estão entrelaçadas com a ocupação do território, com as escolhas para sua organização e com as condições de sobrevivência” (PEREIRA et al, 2012, p.53). A ocupação de uma fração do espaço geográfico é vital para a existência dos povos tradicionais.

A terra apresenta-se como possibilidade concreta de estabelecimento, de construção, de trabalho, de produção da subsistência do grupo. Ela é também uma espécie de elemento e coesão (de união), proporcionando-lhe sentimentos de pertencimento. Assim, a territorialidade quilombola está relacionada à ocupação do solo, à sua manipulação como princípio de organização social, numa dimensão econômica (que inclui a produção para consumo e venda) indissociável do conceito de identidade (PEREIRA et al, 2012, p.53).

Assim como os povos quilombolas o território para os povos indígenas é essencial à vida, “corpo e território se colam na imagem da terra-mãe, tão recorrente nas mitologias indígenas” (FREITAS, 2012, p. 64). No entanto, em nome do “progresso” muitos povos tradicionais foram expulsos de seus territórios por grupos empresariais que se expandiram nas regiões brasileiras, legitimados pelo poder do

¹¹ Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. (SANTOS, 2015, p.20)

Estado, formando grandes latifúndios onde a monocultura impera nas terras por aqueles outrora ocupada.

Mesmo a Constituição Federal de 1988 assegurando aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (Art.231, § 1º, CF 1988), os latifundiários utilizam-se de artifícios jurídicos para deliberar e elaborar teses (a exemplo do marco temporal)¹² a partir das lacunas das leis conquistadas durante décadas de lutas, em detrimento dos direitos garantidos aos povos indígenas através da Constituição. Ao analisar a constituição de 1988, Bispo dos Santos (2015, p. 94) aborda a seguinte reflexão:

O Artigo 231, mesmo reconhecendo os direitos Territoriais dos povos indígenas enquanto única garantia do seu bem estar e bem viver, prevê como possibilidade a exploração dos recursos destes territórios por parte de terceiros não indígenas e mesmo a remoção dos povos indígenas dos seus territórios tradicionais

O autor nos faz refletir que a Constituição Federal, ora é ferramenta de acesso e possibilidades de direitos, ora ela é ferramenta para contrapor a retirada de direitos desses povos. Deste modo, o poder do Estado imprime os processos de expropriação dos povos tradicionais, alijando-os do território e de suas raízes ancestrais vinculadas à terra e seus modos de ser colocando-os em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, “e evidente que, como em todo sistema moderno-colonial ou, mais amplamente ainda, como em toda relação de poder, ‘onde há poder, há resistência’.” (HASBAERT, 2021, p.13) As disputas territoriais são muito comuns e, na maioria das vezes, os conflitos por terra geram uma situação de insegurança e perigo. Lembramos que o território e sua garantia são fundamentais para assegurar aos quilombolas e indígenas sua identidade e a preservação de suas memórias (PEREIRA, 2012).

As disputas territoriais se configuram, em muitas ocasiões, com massacres brutais e migrações forçadas das sociedades tradicionais. Para além do enfrentamento armado, as resistências estão também no campo das ciências em busca de reconhecimento dos territórios tradicionais, dessa forma, “uma série de estudos etnobiológicos, arqueológicos, etnológicos impõe reconhecer os espaços e os frutos das culturas” (FREITAS, 2012, p. 69) destarte, casas subterrâneas, túmulos, narrativas das paisagens e utensílios de caça, pesca, artefatos culturais, dentre outras formas de evidencias, se configuram como registros da ancestralidade daqueles que por lei tem direito a posse do território que tradicionalmente lhes pertence.

Nesta empreitada por reconhecimento de direitos à terra, a cartografia social tem se mostrado uma potente alternativa de mapeamento de territórios indígenas e quilombolas. Ela apresenta elementos que expressam a realidade de grupos específicos, demarcando costumes, paisagens, fronteiras culturais, narrativas dos sujeitos que as reivindica, e, opõe-se à cartografia considerada pelo Estado como oficial, elaborada por técnicos da área, mas que não leva em consideração os

¹² Segundo a “teoria do marco temporal” o povo indígena envolvido na disputa pelos territórios, precisa comprovar a ocupação ou a judicialização da demanda envolvendo o território reivindicado com data até 5 de outubro de 1988. No caso contrário estaria caracterizada a negativa ao direito originário vinculado.

fatores históricos de uso e ocupação dos territórios de povos tradicionais (SANTOS, 2016).

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos (ALMEIDA, 2013, p. 167).

Os processos de mapeamento são “uma construção conjunta entre os pesquisadores das academias e os agentes sociais pesquisados. Esses últimos possuem decisão determinante na orientação dos dados disponibilizados, além de serem responsáveis pelo georreferenciamento das áreas” (SANTOS, 2016, p. 284). Trata-se de registrar o que atores hegemônicos tentam apagar da história e ao mesmo tempo serve de instrumento de caráter político, determinante para o reconhecimento de direitos constitucionais, colocando grupos marginalizados no cenário social como forças legítimas de poder.

A cartografia social tem grande relevância para os povos tradicionais, de forma a valorizar os conhecimentos espaciais dos sujeitos, priorizando os espaços vividos, percebidos e suas territorialidade. Tais representações apresentam uma riqueza de detalhes, os modos de viver e ser, as quais asseguram os seus valores e seus modos de organizar-se no espaço geográfico, demarcando fronteiras e reivindicando por seus territórios.

[...] a cartografia social é sim um instrumento de reivindicações e conquistas de direitos, há uma gama de projetos conquistados que demonstram o potencial da experiência cartográfica realizada com fins de autorreconhecimento identitário por grupos e comunidades com culturas próprias e únicas, permitiram os saírem da invisibilidade social e se inserirem na sociedade como sujeitos sociais com culturas próprias, e essa prática de envolvimento das comunidades na construção dos mapas permitiu que esses sujeitos representassem seu território e conseguissem expor os conflitos territoriais (FREITAS, 2020, p.264-265)

Na representação que veremos a seguir (ver figura 6), os elementos constituintes do mapa reforçam o caráter cultural dos povos indígenas Paumari do Lago Maraha situados no município de Lábrea (AM), a 701 km da capital Manaus. Trata-se de uma representação do território tradicional desta população onde são desenvolvidas suas formas de ser e estar no mundo. A localização das comunidades, os agrupamentos sociais, áreas de caça e as suas principais fontes de alimento, bacias hidrográficas, áreas de florestas que são espaços preservados e parte de um sistema que coexiste com os demais elementos, sobretudo os povos que dependem dela como sua moradia. “O sentimento de parentesco com a terra, por sua vez, abre espaços para a afinidade potencial com todos os seres que nela vivem” (FREITAS, 2012, p.64), sendo o mapa uma representação das singularidades de um povo que deseja ser reconhecido, serem vistos como parte de um estado democrático de direitos.

A partir dessa profunda consciência espaço-temporal de muitos povos originários, podemos afirmar que uma das grandes contribuições do pensamento decolonial é justamente ler o espaço como essa densidade/multiplicidade de tempos acumulados e constantemente refeitos (HAESBAERT,2021, p.37)

Esta leitura de mundo permite que os estudantes possam estabelecer relações, correlações e elaborar conclusões a partir da perspectiva dos grupos que lutam pelo território, a exemplo dos quilombolas e indígenas, possibilitando compreender as dinâmicas territoriais que estão em constante transformação em espaços invisibilizados pela sociedade.

Segundo Santos (2016), uma oportunidade de potencializar a aprendizagem a partir da linguagem da cartografia social é a de fazer um esforço interpretativo dos fenômenos e dos temas sociais abordados nas representações. Uma outra possibilidade é tornar os sujeitos escolares como autores das suas próprias cartografias, por meio da elaboração de croquis, correlacionando os fenômenos nos seus espaços de vivência.

A cartografia social é uma linguagem que faz com que os sujeitos se reconheçam como atuantes na produção do espaço geográfico e a partir dele possam modificar a sua realidade. Ela permite identificar as alteridades, identidades e pertencimento de grupos que se assemelham e divergem, mas que juntos formam micro poderes que modificam o espaço e fazem emergir diversas territorialidades.

TERRITORIALIDADES NO MST E A LITERATURA DE CORDEL NO ENSINO DA GEOGRAFIA.

Na perspectiva de resistências e luta pela terra, as fronteiras humanas, isto é, as alteridades, se correlacionam, coexistem e se fortalecem na unidade, na coesão. Coletivos de quilombolas, indígenas, imigrantes, trabalhadores do campo e das cidades empobrecidos e alijados dos meios de produção e da posse do território se unem em vivências comuns de lutas pelos meios de sobreviver, de viver da/para a terra. Nesta perspectiva Coelho Neto (2013b) nos apresenta pistas de como as territorialidades emergem de experiências singulares fortalecidas em redes:

[...] a territorialidade é concebida como os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em uma apropriação material e ou/simbólica, conferindo –lhe uma significação que possibilita as redes socioterritoriais [grupos sociais] construir novas formas de reprodução social. (COELHO NETO, 2013b, p. 388)

Nesta celeuma, os movimentos sociais que desde os primórdios da colonização, são marcados por preconceitos sociais e culturais, estigmatizados, marginalizados como coletivos, se unem em coalisões formando grupos fortalecidos nacionalmente e amplamente reconhecidos pela representatividade que exercem. Neste sentido, Tibola (2015) nos diz que após décadas de lutas pela terra, em 1984, surge oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), no encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel no Paraná, com o apoio de partidos políticos, sindicatos e a Igreja. Ademais:

No mesmo ano, na cidade de Curitiba – PR aconteceu o I Encontro Nacional dos Sem Terra, onde reuniu cerca de 1500 delegados, que haviam sido escolhidos em suas regiões para representarem seus estados que estavam articulados com o movimento. Neste encontro foram discutidas as principais lutas do movimento, e tanto as políticas dos governos, federal e estadual, quanto à questão da terra (TIBOLA, 2015, p. 22)

O movimento dos Trabalhadores Sem Terra ganha forma na região Sul, mas se consolidada na união nacional em um período onde a concentração de terra se amplia nas mãos de latifundiários, ao mesmo tempo em que a modernização da agricultura acontece e o avanço da exploração das terras no centro do país se acelera com o apoio do regime militar (BEZERRA NETO, 1998).

Assim, “com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e industrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2008, p.74) Essas questões são o fio condutor para a reivindicação de uma reforma agrária necessária e urgente a partir de lutas que divergem: de um lado o agronegócio mecanizado, donos dos meios de produção; do outro, trabalhadores rurais em busca de modos para garantir o seu pedaço chão, assegurados por ocupações ou por políticas públicas mediante a reforma agrária.

A Reforma Agrária é um conjunto de medidas para a melhor distribuição de terra no país, que vem para atender a princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A proposta da Reforma Agrária é de distribuição e democratização da estrutura fundiária, produção de alimentos básicos, combate à fome e à miséria, interiorização dos serviços públicos básicos, promoção da cidadania e justiça social, diversificação do comércio e serviço rural e democratização das estruturas de poder (TIBOLA, 2015, p 23).

A democratização da terra e dos meios de produção é a essência dos que lutam por estes bens materiais e simbólicos. No Caderno de Formação nº 23 do Programa de Reforma Agrária “a terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço de toda sociedade. Um bem de todos para atender as necessidades de todos” (MST, 1995, p.21). Esta concepção é fruto de um modelo de sociedade idealizado por uma filosofia política que visa a propriedade social em detrimento dos modos capitalista de acumulação de bens nas mãos de poucos. Nesta perspectiva o poeta Patativa do Assaré nos apresenta em seus escritos o seguinte cordel:

A terra é nossa!¹³
A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

¹³ Disponível em: <http://laosdepoesia.blogspot.com/2017/07/a-terra-e-nossa-patativa-do-assare.html>. Acesso: 24/10/2021

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem-terra pra trabalhar.

O grande latifundiário,
Egoísta e usurário,
Da terra toda se apossa
Causando crises fatais
Porém nas leis naturais
Sabemos que a terra é nossa.

O poema nos apresenta de forma crítica as questões relacionadas ao uso social da terra, sendo possível perceber o cunho político em defesa do camponês por um pedaço de chão, em defesa do seu território. Segundo Menezes (2015), este gênero de linguagem do tipo poesia narrativa ou impressa nos permite fazer leituras de mundo, identificar modos de vida, aspectos culturais e sociais. No campo educacional, mais especificamente no ensino da Geografia, o cordel se configura como uma potente linguagem para a compreensão dos temas relacionados as questões sócio-territoriais.

O poema 'A Terra é Nossa' perpassa o universo das questões agrárias, dos movimentos pela terra: os processos de apropriação x expropriação; donos dos meios de produção x trabalhadores empobrecidos; as questões religiosas também estão vinculadas no texto, o que nos remete às Comissões Pastorais da terra; e quando nos diz "sabemos que a terra é nossa" reafirma as territorialidades de povos que batalham por justiça social.

A partir do uso do referido poema nas aulas de Geografia, é possível chamar atenção para a articulação dessas territorialidades no Brasil, bem como em outros movimentos sociais pelo mundo que conquistaram e tem conquistado direitos a partir do ecoar de suas vozes, a exemplo da Revolução Mexicana, realizada no intuito de garantir um governo popular e reformista para acabar com as desigualdades sociais. Pode ser uma interessante proposta para abordar em sala de aula questões ligadas aos movimentos sociais de luta por reforma agrária, visto que essa revolução foi responsável por tornar o México o primeiro país do mundo a priorizar a completa distribuição de terras para camponeses e trabalhadores rurais.

Por fim, a respeito das questões que se fazem presentes nas dinâmicas do espaço agrário, a literatura de cordel tem se mostrado como uma eficaz linguagem para ler, analisar, interpretar esses conflitos que estão no campo das questões territoriais, sociais e culturais, nos modos de ser/estar no mundo de grupos marginalizados, mas que resistem ao poder hegemônico.

ALGUNS APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Os debates acerca do conceito de território na ciência geográfica têm se multiplicado com o passar dos anos, sobretudo devido a forma como pesquisadores e estudiosos têm se apropriado desse conceito em suas análises. É importante, a início de conclusão, reforçar que o território possui caráter polissêmico, ou seja, não se trata de um conceito que possui uma única abordagem, mas que conforme sugerem Soares Junior; Santos (2007), permeia as relações entre as pessoas e o espaço, contribuindo para a definição dessas relações e também sendo definido por elas.

Entretanto, inúmeras celeumas foram verificadas acerca de toda essa polissemia, ou melhor dizendo, das extensões que o conceito de território foi tomando “sob pena de perda de operacionalidade na tarefa de enfrentamento da compreensão da realidade” (COELHO NETO; 2013a, p. 49), assim, tudo isso aponta para o desenvolvimento de novas possibilidades sobre o entendimento de eventos espaciais presentes em proporções e escalas diversas.

Nesse contexto, o estudo das territorialidades ganhou espaço (não apenas relacionadas a dimensão físico-concreta, mas também incorporada à perspectiva idealista, imaterial e abstrata que priorizam a dimensão simbólica/subjetiva) sendo vistas como resultado das relações sociais de poder que se manifestam nas ações dos mais diversos agentes sociais, conforme pensa Brito (2008). Assim, na perspectiva das diversas territorialidades, a quais algumas se fizeram presente neste texto, teceremos, à guisa de conclusão, alguns pontos, os quais julgamos importantes.

1. Os conceitos de território e territorialidade vêm tendo cada vez mais centralidade e relevância na Geografia brasileira, sobretudo no seu ensino, onde as abordagens desses conceitos têm sido essencial, considerando a sua importância para a compreensão do espaço geográfico. Assim, com o domínio inesgotável de temáticas acerca dos territórios e das territorialidades, o professor em sala de aula não deve deixar de abordar com os estudantes tais discussões, visto que essas estão presentes no cotidiano dos sujeitos que as vivenciam nos mais diversos contextos, seja na sua própria casa, no bairro em que vivem, no espaço religioso que frequentam, na rua, nas comunidades, etc. Para tal, são múltiplas as possibilidades que podem ser traçadas para que a mediação desses conhecimentos aconteça de forma criativa e estimulante a partir do uso das diversas linguagens no ensino da Geografia.
2. As territorialidades estão presentes nos mais diversos contextos, dentre eles nas ambiências imaterializadas pelo sagrado e profano: a Igreja cabe o poder sob a territorialidade sagrada e ao poder público, a territorialidade profana. O interessante em perceber as festas populares na Cidade de Cachoeira é que estas territorializam-se na dimensão física do espaço histórico-urbano do município, podendo ser, inclusive, entendida na perspectiva dos componentes definidores do conceito de território propostos por Coelho Neto (2013a), isto é: multiescalaridade, relação espaço-poder e multidimensionalidade, como foram abordados nos exemplos delineados. As festas populares compõem inúmeras relações sociais, capitalistas, musicais e simbólicas que imprimem nos seus contextos a peça chave de todas as relações: o povo, a sua formação e as origens. Cabe ao professor abordar tais questões com os estudantes que são atuantes e participantes de todo esse contexto urbano, social e festivo.

3. Ao pensar sobre os povos quilombolas e indígenas, as discussões a respeito das territorialidades também se fazem presente, visto que esses grupos lutam pelos seus territórios tradicionais, frente ao modelo capitalista legitimado pelo poder do Estado, em detrimento dos valores e das territorialidades desses povos tradicionais, negando a história desses grupos marcada pelos processos de resistências. A cartografia social tem surgido nesse contexto mostrando-se como uma eficaz alternativa no mapeamento participativo desses territórios, assim valorizando as práticas sociais, suas diferentes formas de usos, conflitos e reivindicações. Na perspectiva do ensino da Geografia, é importante que o professor faça uso da cartografia social, enquanto linguagem, para que os estudantes interpretem as espacialidades dos fenômenos físicos-naturais e sociais abordados nas representações construídas com a participação coletiva dos sujeitos que reivindicam seus territórios tradicionais, conforme evidenciado anteriormente.
4. A luta pela terra perpassa por identidades que coexistem, experiências singulares, coletivas, e juntas formam territorialidades. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se configura como grito de resistência por justiça social, sendo que essas questões emergem no ensino da Geografia de modo que a literatura de cordel, assim como as diversas linguagens, podem ser possibilidades para abordar temas relacionados a estes contextos sociais, conferindo aos estudantes uma melhor análise dos fenômenos que o circundam no espaço geográfico.
5. A apropriação didático-pedagógica das diversas linguagens, enquanto artefatos que possibilitam a mediação dos conteúdos geográficos com a realidade dos/das alunos/as permite a estes sujeitos, seja por meio da música, fotografia, cartografia ou literatura de cordel (re)pensar o território a partir dos diversos modos e das distintas escalas que corroboram para a construção dessa porção espacial. O uso destes recursos orienta o/a aluno/a a analisar que o território não se limita as bases de um Estado-Nação, visto que diversos povos, em tempos e lugares diferentes podem produzi-lo e reconstruí-lo, mediante as suas intencionalidades, manifestações culturais, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova Cartografia Social da Amazônia: Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social**. Manaus: PNCSA-UFAM, 2013.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. In: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 918, abr. 2011. Acesso em outubro, 2021.

BARROS, Alana Cerqueira de Oliveira. SILVA, Manuela Evangelista da. **Geografia Escolar e Linguagem Cinematográfica: Experiências formativas do/no PIBID**. In: Anais do II Congresso Nacional de Educação: Campina Grande/PB, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_M D1_SA4_ID8345_08092015223233.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRITO, Cristovão. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

CASTRO, Janio Roque Barros de. A reinvenção do carnaval na extensão profana da festa de Nossa Senhora da Ajuda na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano In: **Textos escolhidos de cultura e artes populares**. Volume 9.1, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/marcelooreilly/docs/0820-janioroquebarrosdecastro>. Acesso em: outubro, 2021.

CASTRO. Janio Roque Barros de. Cultura, cidade e ensino de Geografia: proposições a partir de itinerários urbanos no Recôncavo baiano. In: AQUINO, Maria Sacramento. MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. SANTANA, Elizabete Conceição (org). **Educação, região e territórios: formas de inclusão e exclusão**. Salvador: Edufba, 2013.

CAVALCANTI. Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o Ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.

COELHO NETO, Agripino. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **GEOgraphia** (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013a.

COELHO NETO, Agripino. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013b.

COELHO NETO, Agripino. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: Ana Silva; Ivonete Amorim; Selma Castro. (Org.). **Educação, Territorialidade e Formação Docente: contextualizando pesquisas**. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 15-29.

CLAVAL, Paul Charles Cristhopher. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 4ª edição, 2014.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro, MENEZES, Juliana Santos, PINTO, Odilon. **Festas Culturais: Tradição, Comidas e Celebrações**. Salvador – BA, dezembro de 2008. Disponível em: <www.uesc.br/icer/artigos/Festasculturais_mercia.pdf>. Acesso em: set. 2021.

DEUS, J. A. S; TORRES, M. A; ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M. Territorialidades de festas populares: espaço-tempo cognitivo, conectivo e conflitivo. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.353-368, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6410>. Acesso em: outubro, 2021.

EITA COOPERATIVA. AM – Índios Paumari sofrem com invasões e ameaças realizadas por pescadores ilegais e posseiros. Mapa de Conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2013. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> acesso em: 11 de outubro de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. Debates.** Ano IX, nº 24. Outubro de 2008. P. 75-85. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf> acesso em: 23 de outubro de 2021.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. TERRITÓRIOS AMERÍNDIOS: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (orgs). **Povos indígenas e Educação.** 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 63-74.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia: Rio de Janeiro, ano IX- nº 17, 2007, p.19-46.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

SOARES JUNIOR, Amilton Quintela Soares. SANTOS, Mauro Augusto dos. A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack. In: **Geografia** (Londrina) v. 27. n. 1. p. 07 – 25, abril/2018.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-Brasileira.** 2. ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. 217 p.

MEIRELES, Mariana Martins de; PORTUGAL, Jussara Fraga. Entre textos, imagens e canções: a “Cidade da Bahia” e suas geografias. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins (Org.). **Cartografia, cinema, literatura e outras linguagens no ensino de Geografia.** Curitiba: CRV. 2012. p. 19-40.

MENEZES, Welber Alves. Ensino de Geografia na contemporaneidade: o uso da literatura de cordel. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 235-257, jul./dez., 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA- MST. *PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA*. São Paulo: **Caderno de formação**, nº 23. Julho de 1995, 30 p.

NETO, Luiz Bezerra. **SEM TERRA APRENDE E ENSINA**: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do movimento dos Trabalhadores Rurais, Sem Terra-MST- 1979-1998. Campinas: Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de educação. Campinas: 161 p. 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296824024.pdf> acesso em: 24 de outubro de 2021.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. O Ensino de Geografia e os desafios para uma abordagem cultural e humanista. In: PORTUGAL, Jussara Fraga. OLIVEIRA, Simone Santos de. **Formação e docência em Geografia**: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, 2016.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SERRANO, Gisella de Amorim; PORTO, Amélia Pereira Batista. **Quilombolas e Quilombos**: Histórias do povo Brasileiro. Belo Horizonte: Rona, 2012. 80 p.

PINHEIRO, E. A. O Nordeste Brasileiro nas músicas de Luiz Gonzaga. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.14, n. 23, 2º sem/2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **O povo e seu território**. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 73-82.

RONCAYOLO, M. Território. In: **ENCICLOPEDIA EINAUDI**. V. 8. Região. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1986. p. 262-290.

ROSENDHAL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDHAL, Zeny. CORREA, Roberto Lobato. **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. **Diferentes linguagens na educação geográfica da cidade do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART5.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

SANTOS, Adriana Silva dos. **Capela D' Ajuda já deu sinal: um olhar do interior**. Cachoeira, 2014. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/artesvisuais/images/tccs2013/memorialadriana.pdf>. Acesso em: out. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Dorival. Cartografia Social: O estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço**. Grajaú/MA, v 2, n.6, p.273-293. maio/ago, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território no ensino-aprendizagem de Geografia. In: **Geo UERJ**. Ano 14, nº 23, v. 2, 2º semestre, 2012, 699-716p. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4825/5409>. Acesso em: outubro, 2021.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: contexto, 2011.

SOUZA, M. J. L. (1995). O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2009). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular.

TIBOLA, Naiara Gracia. **Emancipação Humana na Proposta educacional do MST**. Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências da educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Blumenau-SC, 2015, 77 p. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_b8bb750328052c8fd14c700fca602ccf acesso em: 23 de outubro de 2021.